

Inspeções fiscais falham pela grande complexidade

MUITOS DOS PROCESSOS FISCAIS PERDIDOS a favor do contribuinte devem-se a erros cometidos pela Administração Fiscal.

Paula Cravina de Sousa
psousa@economicasgps.com

A complexidade e quantidade das normas tributárias levam muitas vezes os inspetores a descuidarem em algumas das formalidades que devem ser cumpridas durante o processo de inspeção às empresas, o que pode dar origem a falhas. A par destas falhas existe um grande desconhecimento das empresas, sobretudo das PME, acerca das inspeções tributárias e começam agora a preparar-se para a melhor forma de se defenderem das acções fiscais.

Fonte da própria direcção de inspecção tributária explicou ao DE “que o conjunto de regras é muito grande e os procedimentos nem sempre são cumpridos”. De acordo com a mesma fonte, entre as falhas mais frequentes estão notificações mal feitas, a falta de fundamentação dos relatórios ou provas que não são reveladas aos contribuintes. “É essencial que tanto a fundamentação como as provas sejam reveladas ao contribuinte para que ele se possa defender da melhor forma”.

“Estamos completamente às escuras”, reconhece Antero Jacinto, empresário da restauração. “Há uma grande falta de comunicação e informação entre o Fisco e as empresas”, acrescenta. O presidente da Associação de PME, Joaquim Cunha, frisa também que “os pequenos empresários não estão bem preparados”. “De uma máquina fiscal muito permissiva passou-se para uma muito agressiva para a qual os direitos dos contri-

buintes não estão garantidos”, acrescenta. Esta opinião é reforçada pelo fiscalista Rui Marques da consultora Swissoption, que tem dado acções de formação a várias associações entre as quais a Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS). De acordo com esta associação as principais dúvidas das empresas prendem-se “com o contacto com a Administração fiscal como são feitas as inspeções, como se podem defender perante o Fisco e que prazos têm de ser respeitados”.

De acordo com o especialista, “a Administração está mais à vontade com a falta de informação das empresas, mas tem também mais espaço para falhar nos procedimentos formais”. “Quando os tribunais fiscais dão razão aos contribuintes é, muitas vezes, porque houve aspectos formais que não foram respeitados”, acrescentou.

O fiscalista António Fernandes de Oliveira afirma que “os advogados passam muito tempo a analisar os procedimentos formais,

“Quando os tribunais fiscais dão razão aos contribuintes é, muitas vezes, porque houve aspectos formais que não foram respeitados”

Rui Marques, fiscalista

“Ao contrário das grandes empresas, as PME não têm meios para se defenderem”

Tiago Caiado Guerreiro, fiscalista

para perceber se foram ou não cumpridos”.

O fiscalista Tiago Caiado Guerreiro sublinha que a falta de informação afecta sobretudo as pequenas e médias empresas que, “ao contrário das grandes empresas, não têm meios para se defenderem”. As PME representavam em 2004 (dados mais actualizados do IAPMEI) 99,6% do total das empresas a operar em Portugal, sendo responsáveis por 56,8% do volume de negócios gerado.

Entre as maiores dificuldades das empresas está, por exemplo, a confusão entre visitas surpresa por parte do Fisco e as inspeções planeadas. As inspeções-surpresa constituem a excepção e normalmente estão associadas à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (Asae) e a feiras ou determinados pontos em auto-estradas. Para as inspeções que a Administração fiscal realiza regularmente é necessário um aviso com cinco dias de antecedência. Por outro lado, as equipas inspectivas acabam muitas vezes por investigar domínios que não estão discriminados no ‘mandato’ da inspeção. Se na ordem de serviço constar apenas um pedido de inspeção por exemplo do IVA, o inspector não poderá recolher elementos relativos a outros impostos. Caiado Guerreiro diz ainda que um dos procedimentos mais recorrentes da parte do Fisco é a realização de várias investigações sobre o mesmo assunto, “e a lei não o permite”.

Até ao fecho da edição, o Ministério das Finanças não teceu qualquer comentário. ■

Porque são feitas inspeções?

- Confirmação dos elementos confirmados
- Factos tributários não declarados
- Infracções tributárias
- Informação sobre os pressupostos de facto dos benefícios fiscais ou de direitos invocados perante a Administração fiscal
- Outras acções de averiguação ou investigação
- Inventariação e avaliação de bens, móveis ou imóveis

■ **AMARAL TOMÁS DECRETOU GUERRA À FRAUDE E EVASÃO.** Para que uns não paguem pelos outros, o Fisco está a intensificar as acções inspectivas. Mas as regras continuam a ser para cumprir tanto pelos inspectores como pelos contribuintes.



TÉCNICAS PARA RESPONDER A UMA INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA

O processo de inspeção é assunto pouco claro para as empresas que não têm noção dos passos a percorrer e do que é que os inspectores podem analisar. Numa altura em que o Fisco aposta nas inspeções saiba com o que contar se o Fisco lhe bater à porta.





João Paulo Dias

“Quando a minha empresa foi fiscalizada...”

■ Catarina Borges Almeida, contabilista, reconhece que tinha falta de conhecimento sobre as inspeções. “Quando a minha empresa foi fiscalizada não sabia se os inspectores podiam ‘mexer’ em tudo ou aparecer quando quisessem ou até como se deviam apresentar”, conta a responsável. “Não sabia por exemplo, se podiam fazer cópias dos discos”, acrescenta. A contabilista considera que esta falta de conhecimento “coloca as empresas em desvantagem já que, a maioria das vezes, não sabem como reagir e defender-se”. Laura Pimentel, também é contabilista e frequentou uma acção de formação dada pela Swissoption. Na sua opinião “as empresas ainda receiam muito a inspecção”. “A lei existe, mas não é de acesso fácil para os pequenos empresários”. A contabilista explica que “uma das perguntas que mais vezes foi feita foi: e se ‘eles’ aparecerem o que é podem ou não ver”. “A expressão ‘eles’ é sintomática já que prova que os empresários não sabem muito bem quem os inspeciona”, afirma. **P.C.S.**

Dúvidas

- As empresas têm a ideia de que as visitas inspectivas são surpresa, mas a lei diz que tem de haver um aviso sendo que as inspeções surpresa são a excepção.
- As empresas não sabem qual o motivo da inspecção. Os inspectores têm de apresentar os motivos e o âmbito da inspecção.
- Os técnicos oficiais de contas (TOC) estão abrangidos pelo sigilo profissional.

Falhas do Fisco

- As maiores falhas são registadas ao nível dos procedimentos formais ao longo da inspecção.
- As investigações alargadas a aspectos não discriminados na ordem de serviço.
- Fundamentação contraditória nos relatórios feitos.
- Realização de várias inspeções sobre o mesmo assunto e que não são permitidas por lei.

PUB

CICLO DE SEMINÁRIOS

Worldwide Trading

BANCO BEST

Programa

15 de Maio

- 10:30h Recepção dos participantes
- 11:00h **Sessão de Abertura**
Isabel Ferreira, Presidente da Comissão Executiva do Banco Best
- 11:15h **Mercados Financeiros**
Steen Jakobsen, Chief Investment Officer do Saxo Bank
- 12:00h **Apresentação da plataforma e a importância dos CFDs no trading**
Diogo Oliveira, Direcção de Investimentos do Banco Best
- 12:30h **Q&A**
- 13:00h **Encerramento**

29 de Maio

- 17:00h Recepção dos participantes
- 17:30h **Mercado Cambial**
Carlos Almeida, Direcção de Investimentos do Banco Best
- 18:00h **Apresentação da plataforma e dos instrumentos de trading cambial – Forex**
Diogo Oliveira, Direcção de Investimentos do Banco Best
- 18:30h **Q&A**
- 19:00h **Encerramento**

19 de Junho

- 17:00h Recepção dos participantes
- 17:30h **Mercados Financeiros**
Paulo Horta, Direcção de Investimentos do Banco Best
- 18:00h **Apresentação da plataforma e dos instrumentos de futuros**
Diogo Oliveira, Direcção de Investimentos do Banco Best
- 18:30h **Q&A**
- 19:00h **Encerramento**

Auditório Banco Best - Praça Marquês de Pombal, 3A, 2º
Participação Livre - Lotação Limitada
Confirmações até 14 de Maio - Tel. 219 239 700 • 10:00-13:00 e 15:00-18:00

CORRETAGEM ONLINE A NÍVEL MUNDIAL

707 254 254 www.bancobest.pt

Grandes empresas estão mais preparadas

■ A questão da falta de informação coloca-se mais às pequenas e médias empresas, que representam 99,6% do total das empresas em Portugal e são responsáveis por 56,8% do volume de negócios gerado. As grandes empresas são em regra apoiadas por especialistas que sabem como se defender de uma inspecção ou de uma acusação do Fisco. A Sonae é das empresas que mais processos tem contra a Administração Fiscal, sendo que só em 2002 a empresa de Belmiro de Azevedo venceu 61 processos fiscais. A Cimpor e a Semapa têm também um histórico de processos em tribunal contra o Fisco devido a pagamentos de IVA indevidos. **P.C.S.**

SONAE

Processos ganhos ao Fisco

61